

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM REAIS)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.215.634	10.365.745
Contas a receber - Contrato de gestão	5	4.719.971	5.056.349
Estoques	6	3.995.063	1.940.481
Créditos diversos		217.609	66.320
Total ativo circulante		18.148.277	17.428.895
Ativo não circulante			
Imobilizado próprio	7	17.504	8.969
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	687.915	-
Total ativo não circulante		705.419	8.969
Total do ativo		18.853.696	17.437.864

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	9	3.049.411	2.990.791
Obrigações trabalhistas	10	6.546.206	5.078.782
Obrigações tributárias		108.029	87.312
Outras contas a pagar	11	6.371.673	6.349.109
Total do passivo circulante		16.075.319	14.505.994
Passivo não circulante			
Bens públicos em nosso poder	8	687.915	-
Obrigações com terceiros	12	967.216	-
Total do passivo não circulante		1.655.131	-
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	13	2.931.870	2.496.542
(Déficit) superávit acumulado		(1.808.624)	435.328
Total do patrimônio líquido		1.123.246	2.931.870
Total do passivo e patrimônio líquido		18.853.696	17.437.864

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019				
<i>(Em Reais)</i>				
	Nota	Patrimônio social	(Déficit) Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (não auditado)		856	1.070.742	1.071.598
Incorporação do superávit do exercício	12 (a)	1.070.742	(1.070.742)	-
Incorporação do patrimônio de transição contrato de gestão	12 (b)	1.424.944	-	1.424.944
Superávit do exercício		-	435.328	435.328
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.496.542	435.328	2.931.870
Incorporação do superávit do exercício	12 (a)	435.328	(435.328)	-
Déficit do exercício		-	(1.808.624)	(1.808.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.931.870	(1.808.624)	1.123.246

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019			
<i>(Em Reais)</i>			
	2020	2019	
(Déficit) superávit do exercício	(1.808.624)	435.328	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do período	(1.808.624)	435.328	

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019			
<i>(Em Reais)</i>			
	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(1.808.624)	435.328
Ajustado por:			
Depreciação imobilizado	7	4.030	771
Receitas de doação de materiais médicos		(2.316.174)	-
Receita de doação de ativo imobilizado		-	(2.120)
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão	5	336.378	242.886
Estoques	6	261.592	(515.537)
Créditos diversos		(151.289)	(66.320)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	7	58.620	2.990.791
Obrigações trabalhistas	9	1.467.424	5.078.782
Obrigações tributárias		20.717	87.312
Outras contas a pagar	10	22.564	2.120.616
Obrigações com terceiros	10	967.216	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) provenientes das atividades operacionais		(1.137.546)	10.372.509
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens públicos em nosso poder	7	(705.554)	-
Ativo imobilizado	7	(12.565)	(7.620)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(718.119)	(7.620)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intangível	7	705.554	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		705.554	-
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.150.111)	10.364.889
Demonstração da (redução) aumento líquido do caixa equivalente de caixa			
No início do exercício	4	10.365.745	856
No fim do exercício	4	9.215.634	10.365.745
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.150.111)	10.364.889
<i>Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:</i>			
Atividades de investimento			
Doações de ativos imobilizado	7	-	(2.120)
Incorporação do patrimônio de transição do contrato de gestão	12b	-	1.424.944

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019			
<i>(Em Reais)</i>			
	Nota	2020	2019
Receitas operacionais líquidas			
Receitas contrato de gestão	15	66.210.740	63.590.818
Receitas de doação de materiais médicos	15	2.316.174	-
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder	15	17.639	-
Receitas operacionais líquidas		68.544.553	63.590.818
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	16.1	(30.612.546)	(27.550.768)
Serviços profissionais	16.2	(18.856.640)	(18.599.693)
Materiais e medicamentos	16.3	(13.416.100)	(10.658.668)
Gerais e administrativas	16.4	(7.634.025)	(6.554.511)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(17.639)	-
Depreciação		(4.030)	(771)
Impostos taxas e contribuições		(62.666)	(66.480)
Outras receitas operacionais	16.5	15.421	93.710
Custos operacionais		(70.588.225)	(63.337.181)
(Déficit) superávit operacional antes do resultado financeiro		(2.043.672)	253.636
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	14	269.481	210.324
Despesas financeiras	14	(34.433)	(28.632)
Resultado financeiro líquido		235.048	181.692
(Déficit) superávit do exercício		(1.808.624)	435.328

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASEL/ OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM REAIS)Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em Reais)**1 Contexto operacional**

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade" ou "ASEL/ OSS"), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o Nº 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará nº 2.104.

Em 04 de dezembro de 2018 a ASEL foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção ("HRPA") por meio do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASEL no HRPA. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESP/PA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

a. COVID 19

A pandemia do novo corona vírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e à concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social o que fragilizou as economias de forma geral, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. A Entidade, por operar na área da saúde, foi impactada pelo surto da covid-19 nos elencados aspectos que seguem, cabendo dizer que não houve, por conta do cenário trazido pela pandemia do novo corona vírus, situação de perda de valor de recuperação dos ativos da operação.

Atendimento assistencial a pacientes e colaboradores:

A Entidade ampliou serviços ambulatoriais para atender especificamente casos suspeitos de covid-19, seja no diagnóstico, seja no atendimento propriamente dito; Foram fornecidos equipamentos específicos de proteção, de acordo com as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, para todos os colaboradores assistenciais, operacionais e administrativos. As equipes técnicas das áreas de Segurança do Trabalho e de Medicina Ocupacional estiveram à frente dos processos de orientação e monitoramento do uso dos equipamentos de proteção individual (EPI); e

Todas as ações direcionadas à prevenção da covid-19 foram suportadas por amplo programa de comunicação interna e todos os protocolos da área assistencial foram disponibilizados para acesso em tempo integral.

Adaptar a capacidade hospitalar em resposta à pandemia com ações de preparação e prontidão, passou a ser nosso maior objetivo, reorganizando o atendimento, ampliando leitos de UTI e abastecer-nos com EPI, sobretudo máscaras, luva e avental de proteção, que passaram a ser produtos em escassez no mercado ou com preços muito a cima do que era praticado.

Operacional:

Diante deste panorama de distanciamento social, uma parcela considerável dos atendimentos eletivos, que não se enquadram como urgência ou emergência, foi suspensa, refletindo em uma queda significativa na demanda por serviços médicos no período.

Aumento significativo da demanda por determinados insumos, materiais e/ou equipamentos, como o que decorreu da pandemia do COVID-19, resultou em escassez de tais insumos e materiais, o que gerou aumentos significativos de seus respectivos preços, aumentando, consequentemente, os custos com materiais e medicamentos da Entidade.

Falta de respiradores nos leitos hospitalares está entre as principais dificuldades enfrentadas na pandemia.

Sobretudo ocorreu também impacto nas verbas trabalhistas dos nossos colaboradores, em relação a insalubridade que passou de 20% para 40%, majorando nossas obrigações como empregador, bem como nos valores dos plantões médicos, devido à escassez do profissional por aumento da demanda no mercado, em virtude da expansão de leitos de COVID-19 (principalmente UTI), bem como pela complexidade da atividade e risco do profissional. Durante o período de pandemia recebemos doações de EPI e álcool em gel de algumas empresas, que foram devidamente contabilizadas.

Os impactos relacionados a pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados e monitorados pela Entidade.

2 Base de preparação**b. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 31 de maio de 2021.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Entidade para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização.

Estimativas e premissas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências.**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

d. Imobilizado - ASEL**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporados ao patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESP/PA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Imobilizado – Bens públicos em nosso poder**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de "bens públicos em nosso poder", de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará SESP/PA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

f. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020 e 2019.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

h. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

j. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELCO/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM REAIS)

k. Reconhecimento da receita

(i) Contratos de Gestão

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executadas, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência na qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

(ii) Receitas - Contratos de locação

A Entidade dentro do curso normal das operações do contrato de gestão, explora a locação de espaços dentro do unidade hospitalar para terceiros. A receita de locações é reconhecida pro rata temporis em função da vigência do contrato de locação.

(iii) Receitas de depreciação de "Bens públicos em nosso poder"

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

(iv) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do período como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

m. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa - fundo fixo	5.412	923
Bancos conta movimento	1.707.254	230.555
Aplicações financeiras	7.502.968	10.134.307
	<u>9.215.634</u>	<u>10.365.745</u>

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2020 foi de 105% do CDI a.a. (2019 de 105% do CDI a.a.).

5 Contas a receber - Contrato de gestão

	2020	2019
Contas a receber - custeio	3.752.755	5.056.349
Contas a receber - investimento	967.216	-
	<u>4.719.971</u>	<u>5.056.349</u>

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESPA para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2020	2019
Vencidos		
Até 30 dias(a)	3.752.755	5.056.349
Até 270 dias(b)	967.216	-
	<u>4.719.971</u>	<u>5.056.349</u>

(a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto foi devidamente recebido no início de 2021.

(b) A Entidade firmou em 06 de maio de 2020, junto à SESPA o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Nº 05/2018, necessários à aquisição de equipamentos relacionados nos autos do processo nº 2019/572888 para o Hospital Regional Público do Araguaia, até a presente data o recurso não foi recebido, o valor foi registrado em contra partida ao passivo circulante em Obrigações com terceiros. A administração espera que o recurso seja recebido no primeiro semestre de 2021.

6 Estoques

	2020	2019
Materiais médico hospitalar	1.860.791	849.355
Medicamentos	1.324.838	650.471
Almoxarifado	506.801	213.522
Material de engenharia clínica	196.371	144.505
Estoques gerais	106.262	82.628
	<u>3.995.063</u>	<u>1.940.481</u>

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

7 Imobilizado

	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-
Doações patrimônio (a)	2.120	-	2.120
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	5.170	2.450	7.620
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.290	2.450	9.740
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	10.567	1.998	12.565
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.857	4.448	22.305
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-
Depreciação e amortização no período	(608)	(163)	(771)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(608)	(163)	(771)
Depreciação e amortização no período	(3.307)	(723)	(4.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.915)	(886)	(4.801)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2019	6.682	2.287	8.969
Em 31 de dezembro de 2020	13.942	3.562	17.504

(a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas.

(b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP - Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

8 Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

		Equipamentos médico hospitalar
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		-
Aquisição patrimonial (a)		705.554
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>705.554</u>
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		-
Depreciação e amortização no período		(17.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>(17.639)</u>
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2019		-
Em 31 de dezembro de 2020		<u>687.915</u>

(a) Em 09 de outubro de 2020, foi recebido da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), equipamentos médicos por meio do termo de responsabilidade Nº 138, esses bens foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado - Bens públicos em nosso poder em contra partida no passivo não circulante em Bens em nosso poder.

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contra partida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que comitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

9 Fornecedores

	2020	2019
Materiais e medicamentos	875.136	1.055.869
Serviços terceirizados contratados(a)	2.174.275	1.934.922
	<u>3.049.411</u>	<u>2.990.791</u>

(a) O aumento de valor de serviços terceirizados contratados, devido a ampliação da quantidade de leitos novos no total de 18, para atendimento de UTI COVID-19, e ainda pelo fato da majoração do valor dos plantões médicos durante a Pandemia, tais valores foram considerados tendo como referência de preço o TAG 001/2020/TCM-PA de 04 de maio de 2020.

10 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Salários e ordenados a pagar	1.558.598	1.247.339
Provisão para 13º salário, férias e encargos sociais (a)	4.987.608	3.831.443
	<u>6.546.206</u>	<u>5.078.782</u>

(a) As obrigações trabalhistas tiveram aumento em relação ao ano de 2019 tanto em decorrência do aumento de colaboradores devido a atendimentos de paciente COVID, impacto nas verbas trabalhistas dos nossos colaboradores como por exemplo a insalubridade que passou de 20% para 40%, majorando nossas obrigações como empregador

11 Outras contas a pagar

	2020	2019
Transição Gestão HRP (a)	6.244.394	6.244.394
Concessionárias de água e energia elétrica	113.992	88.549
Demais contas a pagar	13.287	16.166
	<u>6.371.673</u>	<u>6.349.109</u>

(a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELCO assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS)

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM REAIS)

ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESPA solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente. Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedente durante o ano de 2020.

12 Obrigações com terceiros

O saldo de R\$ 967.216 refere-se ao valor do 1º termo aditivo ao contrato de gestão 05/2018/SESPA para aquisição de equipamentos, publicado no diário oficial do estado em 06 de maio de 2020, até a presente data o recurso não foi recebido, o valor foi registrado em contra partida ao ativo circulante em contas a receber - contrato de gestão. A administração espera que o recurso seja recebido no primeiro semestre de 2021.

13 Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

14 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais.

b. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio social da Entidade passou a ser R\$ 2.931.099, decorrente da incorporação do superávit acumulado de 2019 no valor de R\$ 434.577.

c. Remuneração da Administração

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos. A remuneração total de 2020 foi de R\$ 1.344 e (R\$ 1.277 em 2019).

15 Receitas operacionais líquidas

	2020	2019
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	66.210.740	63.590.818
Receitas de doação de materiais médicos (b)	2.316.174	-
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder (c)	17.639	-
	68.544.553	63.590.818

(a) A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou em 06 de maio de 2020, junto à SESPA o 2º Termo Aditivo, no montante total de R\$ 4.870.320, como recurso adicional ao contrato de gestão e será repassado mensalmente R\$ 405.860, de 05 de maio de 2020 a 04 de maio de 2021, que serão utilizados principalmente para o custeio de aluguel de equipamentos relacionados nos autos do processo nº 2019/572888 para o Hospital Regional Público do Araguaia.

(b) Em 2020 devido a pandemia do COVID 19 houve doações relevantes de materiais médicos, principalmente de materiais de proteção (luvas, óculos e máscaras) e medicamentos. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. O valor foi registrado em contra partida no ativo circulante em estoques.

© A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

16 Custos operacionais

16.1 Pessoal e encargos

	2020	2019
Salários e ordenados	18.076.329	16.192.415
Férias, 13º salário, encargos sociais, e rescisão trabalhistas	5.881.966	5.226.401
Encargos sociais	6.649.881	6.119.952
Benefícios sociais à funcionários	4.370	12.000
	30.612.546	27.550.768

16.2 Serviços profissionais

	2020	2019
Honorários médicos (a)	17.911.301	17.772.226
Serviços técnicos contratados (b)	945.339	827.467
	18.856.640	18.599.693

(a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento. O aumento de valor de serviços terceirizados contratados, devido a ampliação da quantidade de leitos novos no total de 18, para atendimento de UTI COVID-19, e ainda pelo fato da majoração do valor dos plantões médicos durante a Pandemia, tais valores foram considerados tendo como referência de preço o TAG 001/2020/TCM-PA de 04 de maio de 2020.

(b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

16.3 Materiais e medicamentos

	2020	2019
Drogas e medicamentos (a)	4.662.275	3.424.598
Materiais uso do paciente (a)	4.503.521	2.361.781
Custos gerais de materiais hospitalares	2.138.773	2.768.420
Gêneros alimentícios	669.768	665.534
Materiais de limpeza e descartáveis	598.977	486.617
OPME - Ortese, prótese e materiais especiais	842.786	951.718
	13.416.100	10.658.668

(a) Aumento significativo da demanda por determinados insumos, materiais e medicamentos, em principal os itens relacionados ao tratamento e combate da pandemia do COVID-19, resultou em escassez de tais insumos e materiais, o que gerou aumentos significativos de seus respectivos preços, aumentando, consequentemente, os custos com materiais e medicamentos da Entidade.

16.4 Gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas manutenção	2.089.384	1.785.689
Serviços terceirizados	1.895.992	1.953.579
Despesas fixas - energia e telefone	1.264.738	1.148.415
Despesas com informática	1.057.872	747.765
Despesa administrativas	929.465	445.907
Despesas com viagens e hospedagens	94.088	110.109
Locação de veículos	120.536	145.144
Locação de bens imóveis	87.204	47.457
Outros custos	-	82.015
Outras despesas	94.746	88.431
	7.634.025	6.554.511

16.5 Outras receitas operacionais

	2020	2019
Doação de associados	-	308
Receita de espaço - locação lanchonete	10.260	11.794
Convênio de estágios	5.161	15.477
Doações recebidas de terceiros (a)	-	66.131
	15.421	93.710

(a) Refere-se as doações das Secretarias Municipais de Redenção e Rio Maria, fornecedores e pessoas físicas, que realizam doação de materiais e equipamentos de uso no hospital. As doações recebidas pela Entidade são reconhecidas no resultado do exercício de acordo o mês de competência do recebimento, os valores recebidos por doações e empenhados no recurso o qual foi destinado em benefício ao hospital.

15 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

(a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

(b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

© Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

(d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

(e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e

(f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

16 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios de 2020 e 2019 a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM REAIS)

Descrição	Classificação	2020		2019	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	9.215.634	9.215.634	10.365.745	10.365.745
Contas a receber - Contrato de gestão	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	4.719.971	4.719.971	5.056.349	5.056.349
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	3.047.411	3.047.411	2.990.791	2.990.791
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	6.371.673	6.371.673	6.349.109	6.349.109

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco com CDB.

17 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

18 Eventos subsequentes

Em 13 de novembro de 2020 a Entidade participou do processo de chamamento público para operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC, o qual logrou-se vencedora em 05 de janeiro de 2021, assinando contrato de Gestão 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021, com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por mais 60 meses, com valor global de R\$ 143.655.597. A tipologia do Hospital é de média e alta complexidade, com ênfase em oncologia, atendimento em neurocirurgia, cirurgia geral e ortopedia, todavia em virtude da Pandemia do COVID-19, O Governo do estado poucos dias após a assinatura do referido contrato de gestão, determinou emergencial e temporariamente que o atendimento do hospital passasse a ser 100% COVID-19.

* * *

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora
CRC PA 008315-O/

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Associados e Administradores da

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
Belém-PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 31 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC PA-000742/F

Raniery Borges Marques

Contador CRC 1SP217700/O-3